

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.573 - RS (2019/0298784-6)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : RUIZ DANIEL HERLIN RITTER E OUTROS**  
**ADVOGADOS : RAUL MARQUES LINHARES - RS097017**  
**RUIZ DANIEL HERLIN RITTER - RS093180**  
**BETINA SCHERRER DA SILVA - RS115340**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PACIENTE : JEFERSON LUIS BRAUN**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## DECISÃO

O paciente alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão do Tribunal de Origem nos autos do HC n. 70082497892.

A medida de urgência formulada – trancamento do processo – confunde-se com o próprio mérito do *mandamus*, motivo pelo qual deverá ser analisada em momento oportuno, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores dos pedidos.

Com efeito, conforme reiterada jurisprudência desta Corte Superior, o trancamento de processo em habeas corpus, por ser medida excepcional, somente é cabível quando ficarem demonstradas, de maneira inequívoca e a um primeiro olhar, **a atipicidade da conduta, a absoluta falta de provas da materialidade do crime e de indícios de autoria** ou a **existência de causa extintiva da punibilidade**, não se configurando, *a priori*, o caso dos autos, em nenhuma das hipóteses autorizadoras desta Corte.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações complementares às instâncias ordinárias sobre os fatos alegados na inicial.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

